

INTEGRAÇÃO REGIONAL: POTENCIALIDADES PARA O TURISMO NOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

LUIZ FERNANDO ROSCOCHE*
CICILIAN LUIZA LÖWEN SAHR**

RESUMO: O presente estudo reflete a necessidade de um melhor entendimento da integração regional como dimensão para se planejar o turismo. A análise empírica utiliza o caso dos Campos Gerais do Paraná. Uma abordagem regional pode auxiliar no desenvolvimento do turismo, permitindo que o visitante permaneça na região durante mais tempo pela maior variedade e melhor integração dos atrativos e equipamentos turísticos. Uma cooperação entre municípios vizinhos alcança também uma maior representatividade e visibilidade. A construção de uma imagem turística regional é fundamental na busca desta integração. Para os Campos Gerais, várias temáticas diferenciadas podem ser utilizadas como sub-imagens turísticas, como por exemplo: a existência de uma região polonesa, com o centro em São Mateus do Sul; uma região Ucraniana, com o centro em Prudentópolis; a região holandesa com o centro em Carambeí; a região russo-alemã com o centro em Ponta Grossa e uma região dos faxinais entre Prudentópolis e União da Vitória. As linhas de transporte reúnem naturalmente diferentes municípios, este é o caso do rio Iguaçu, com os seus antigos portos, e das estradas de ferro, com as suas antigas estações.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Planejamento Regional, Campos Gerais - PR

REGIONAL INTEGRATION: POTENTIALITIES FOR TOURISM AT CAMPOS GERAIS OF PARANÁ

ABSTRACT: This study reflects the needs for a better understanding of regional integration as a dimension of tourism planning. Its empirical research refers to the case of the Campos Gerais of Paraná in Southern Brazil. Such a regional approach can help to develop a kind of tourism which allows the visitor to stay for a longer period in a region due to its higher variety and better integration of attractions and tourist installations. Cooperation between neighbouring municipalities helps to achieve a better representation and visibility. The construction of a regional image is fundamental in this respect. In the case of the Campos Gerais region of Paraná, different themes could be identified which build up differentiated images, like the existence of a Polish region, with its center in São Mateus, an Ukrainian region, with its center in Prudentópolis, a Dutch region with its center in Carambeí, a German-Russian region with its center in Ponta Grossa and a region of *Faxinais* between Prudentópolis and União da Vitória. Transport lines also are important links between different municipalities, as it is the case with the Iguaçu River, including its old harbours, and the railway lines with their old railway stations.

KEY WORDS: Tourism, Regional Planning, Campos Gerais - PR

* Mestrando em Turismo – Universidade de Caxias do Sul – RS

** Profa. Dra. do Departamento de Geociências - Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

1 Introdução

O Brasil não tem uma tradição forte no mercado mundial de turismo, conseqüentemente, quase não existe um planejamento abrangente e detalhado do setor, nem em nível nacional, nem em nível estadual ou regional. Observam-se apenas algumas tentativas pontuais em áreas como Rio de Janeiro, Brasília, Amazônia e Foz do Iguaçu. Esta situação se deve, sobretudo, a pouca conscientização sobre as possibilidades do setor, a fragilidade na infra-estrutura existente e a falta de conhecimento sobre uma infinidade de atrativos turísticos potenciais. Com a introdução do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) no Brasil, em 1994, o planejamento turístico focou, principalmente, o nível local. A metodologia do PNMT tentou incentivar o turismo através da elaboração de inventário, da organização de conselho e da criação de fundo de turismo em cada município interessado em aderir ao programa.

A adesão ao PNMT aconteceu massiva e rapidamente. Entretanto, apesar de muitos municípios vizinhos disporem de uma mesma história regional ou apresentarem semelhanças sociais e econômicas, o programa fortaleceu, com sua metodologia, a fragmentação de suas junções, criando competição e, até mesmo, disputas entre os municípios. Embora alguns esforços de cooperação já possam ser evidenciados, não foram previstos pelo programa, até agora, reuniões entre conselhos de turismo de vários municípios de uma mesma região ou a interligação dos fundos de turismo para projetos que ultrapassem a abrangência dos governos municipais.

Assim, com a descentralização do planejamento turístico para o nível municipal dificultou-se a conexão entre os conhecimentos locais e o conhecimento regional. Ocorrem, muitas vezes, em áreas de mesma tradição social, que municípios vizinhos desenvolvem as mesmas propostas, não percebendo que são representantes de histórias sociais e culturais interconectadas e que poderiam atuar em conjunto, em vez em competirem entre si.

Buscando-se comparativos para esta situação do setor turístico, observa-se que as ciências sociais - como a história, a geografia e a antropologia - trabalham muito com abordagens regionais ou até nacionais, que procuram tratar problemas e assuntos numa dimensão mais abrangente do que as pesquisas locais, aceitando o fato de que muitas dinâmicas sociais ultrapassam as fronteiras do próprio lugar. Neste sentido, uma abordagem regional pode auxiliar no desenvolvimento do turismo, pois permite ao visitante conhecer não apenas um determinado lugar, mas uma região, estendendo o tempo de permanência devido à variedade e integração dos atrativos e equipamentos turísticos. A cooperação e junção de forças entre as populações de municípios vizinhos proporcionam ainda um maior grau de representatividade e visibilidade no mercado turístico.

Neste contexto, este artigo¹ desenvolve algumas reflexões acerca da integração regional e investiga as possibilidades desta para o planejamento turístico, utilizando como estudo de caso os Campos Gerais do Paraná. Esta região localiza-se na parte meridional do Segundo Planalto Paranaense, incorporando para este estudo um total de 25 municípios². Os Campos Gerais reúnem vários padrões culturais, comportamentos políticos e condições econômicas, oferecendo suficiente variedade para um turismo diversificado, desde que integrado regionalmente.

¹ Agradecimento especial ao Prof. Dr. Wolf-Dietrich Sahr, pela leitura crítica do trabalho e sugestões.

² Delimitação adotada no projeto "Patrimônio Cultural e Turismo: Potencialidades e Riscos na Região dos Campos Gerais", financiado pela Fundação Araucária e coordenado pela Prof. Dra. Cícilian Luiza Löwen Sahr.

2 A integração regional e suas possibilidades para o desenvolvimento turístico

Em geral, o planejamento territorial apresenta diversas escalas, como a nacional, a macro-regional, a estadual, a regional e a municipal. Para se pensar o turismo e também outras atividades, a escala municipal parece não ser a mais adequada, sobretudo quando se trata de municípios de pequeno porte (MARTIM, 2002).

A cooperação entre os municípios deve se sobrepor às atividades municipais isoladas. Desta forma, para o planejamento turístico tornam-se inevitáveis reflexões em escala regional (ROSCOCHE, 2002). Mesmo que se pense apenas no desenvolvimento municipal, mas em sua totalidade, deve-se estabelecer uma articulação com os municípios vizinhos devido às condições físico-territoriais, socioeconômicas e histórico-culturais indispensáveis à efetivação de qualquer tipo de atividade.

LAMPARELLI (1999, p. 230) aponta a necessidade de "um novo patamar de planejamento que consiga a supremacia da cooperação sobre o bairrismo, a competição e o provincianismo". Desta forma, ele salienta a necessidade de um planejamento regional onde cada município apresente uma contribuição diferenciada para o desenvolvimento do conjunto, evitando-se a concorrência entre eles.

A configuração territorial pode extrapolar os limites administrativos dos municípios, assim como, os recursos naturais e culturais. Para LAMPARELLI (1999, p. 230), "...as formas históricas de desmembramento que delimitam a soberania do governo municipal nem sempre atendem aos requisitos de territórios funcionais ou naturais das atividades, provocando deficiências e dificuldades que podem ser superadas por forma de cooperação como consórcios, pactos ou acordos de gestão conjugada de duas ou mais prefeituras municipais."

A cooperação entre municípios pode ser episódica ou permanente. A episódica é realizada apenas para executar projetos de interesse comum com duração determinada. Esta geralmente é firmada através de pactos ou acordos. A permanente trata de assuntos que exigem atenção contínua, como é o caso do planejamento turístico. Esta pode ser firmada através de consórcios de cooperação (MOISÉS, 1999, p. 314).

As relações intermunicipais para a cooperação permanente são geralmente organizadas em consórcios. Os consórcios intermunicipais são entidades que reúnem diversos municípios para realização de ações conjuntas que se fossem produzidas pelos municípios, individualmente, não atingiriam os mesmos resultados ou utilizariam um volume maior de recursos (VAZ, 2000, p. 27). Desta forma, eles permitem aumentar a capacidade de atendimento aos cidadãos e, ao mesmo todo, ampliar o poder de diálogo das prefeituras juntos aos governos estadual e federal.

Existem diversas experiências brasileiras de atuação dos municípios através de consórcios. Os municípios podem oferecer serviços públicos - esporte, lazer, assistência social, corpo de bombeiros e saneamento - em parceria com municípios vizinhos (VAZ, 2000, p. 27). Os serviços de saúde exigem grandes investimentos e devem ser hierarquizados em rede por demanda de forma a especializar os municípios em determinadas áreas do atendimento médico (SOARES, 2000a, p. 25). As possibilidades de atuação conjunta de municípios através de consórcios na área cultural são também bastante amplas. É possível estabelecer uma agenda coletiva de eventos e atividades, parcerias na oferta de serviços culturais, além de criar equipamentos culturais móveis (SOARES, 2000b, p. 29).

Muitos consórcios intermunicipais têm surgido no Brasil a partir de projetos de recuperação ou preservação do meio ambiente, sobretudo em busca de soluções para problemas em torno do manejo de recursos hídricos de uma bacia hidrográfica. Estes consórcios podem ir além das questões hídricas, atuando em questões mais amplas

como saneamento básico, lixo e enchentes. No campo do desenvolvimento regional, o consórcio pode assumir funções de incentivo a atividades econômicas e funcionar como agente de controle e prevenção da "guerra fiscal" entre municípios (VAZ, 2000, p. 28).

No campo do turismo, as ações de consórcios ainda têm sido pouco utilizadas, apesar da boa possibilidade de emprego desse instrumento para divulgar o potencial turístico regional e também preparar os municípios para sua exploração racional. O planejamento turístico regional permite, através da cooperação e junção de forças entre os municípios vizinhos, uma maior visibilidade dos municípios integrantes da região no mercado turístico.

Atualmente, assiste-se a grandes mudanças nos âmbitos territoriais e sociais, na organização e atuação das forças produtivas, dos mercados e nos hábitos de deslocamento e consumo das populações. Entre estas modificações, tem-se notado "...a formação de regiões de dimensões variáveis e com dinâmicas e identidades próprias, seja pela necessidade e possibilidade de colaboração entre municípios isolados, pequenos ou distantes em áreas em formação, ou a cooperação estreita entre municípios de funções complementares para atividades econômicas complexas; ou por possuírem características especializadas de recursos naturais, de serviços públicos ou de potencial cultural que em conjunto propiciam melhores condições de vida e diversidade de oportunidades e direitos aos cidadãos que vivem na região" (LAMPARELLI, 1999, p. 232).

O embate entre os estados e municípios brasileiros, diante da necessidade de um planejamento regional, reflete-se diretamente no planejamento do turismo. Em 1994, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo como meta do governo para difundir o planejamento turístico. Este programa, entretanto, foi efetivado em todo o território nacional sem levar em consideração as diversas características diferenciadas e vocacionais do turismo, ou seja, sem buscar um respeito pelos desenvolvimentos regionais específicos e, conseqüentemente, uma integração regional.

Para BENI (1999, p. 82), as especificidades municipais e regionais "...deveriam ser previamente inventariadas e analisadas para a posterior identificação e localização de pólos e regiões turísticas, segundo a moderna metodologia de agrupamento de atrativos, infra-estrutura, equipamentos e parâmetros mercadológicos, que caracterizam o estudo de *clusters* turísticos".

Tratando especificamente do planejamento regional do turismo, BENI (1999, p. 80) define-o como "um conjunto de pólos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infra-estrutura comum que, em sua totalidade, contribuem para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional". Neste sentido, a dimensão regional é apontada como fundamental no planejamento turístico.

Outro aspecto importante a se enfatizar, é a necessidade de que o planejamento turístico seja um planejamento integrado. Por enquanto, o PNMT sujeita todos os municípios brasileiros a buscarem atrativos turísticos próprios para a conquista de segmentos de mercado, induzindo administradores e empresários locais a verem o turismo como o caminho certo para promover o desenvolvimento socioeconômico. Esta visão empresarial distorcida prioriza a atividade turística como atividade exclusiva em detrimento aos demais setores econômicos que podem ser desenvolvidos pelo município ou por consórcios municipais (BENI, 1999, p. 82). Desta forma, o PNMT incentiva um planejamento setorial do turismo, ao invés de um planejamento intersetorial ou integrado, que centre esforços nas verdadeiras vocações dos municípios e de suas regiões.

Apesar das críticas que podem ser direcionadas ao PNMT, deve-se levar em consideração que o Brasil, até recentemente, praticamente não conhecia uma atividade

turística consolidada e, ainda menos, um planejamento turístico em maior escala. Por isso, a introdução do PNMT representou um grande passo para o setor. Como aspectos positivos do programa, deve-se salientar a busca pela participação da população e pela difusão do turismo como atividade econômica e social, além, é claro, da introdução de um processo amplo de gestão em grande parte dos municípios brasileiros.

Muito embora a municipalização do turismo não venha solucionar os problemas regionais, produz uma maior conscientização da população local sobre seu próprio município. O grande mérito do PNMT passa a ser não o turismo em si, mas o fator da educação e da conscientização, pois ele consegue mobilizar uma grande parcela da população na tarefa de pesquisar e conservar o seu próprio patrimônio natural e cultural. A consequência disto é que os próprios organizadores da oferta turística tornam-se os primeiros visitantes de suas realidades ambientais e sociais.

3 A regionalização do Paraná e o seu valor turístico

Nas discussões sobre o termo região podem ser diferenciadas três interpretações. A região homogênea dispõe de determinadas características que existem em quase todas as suas partes. Uma região funcional é formada por características seletivas dentro de um sistema estruturado. Ela é internamente diferenciada e interligada através de fluxos. Finalmente, regiões integradas agrupam um conjunto específico de fatores que resulta na formação de uma unidade complexa, geralmente combinando aspectos naturais, sociais, culturais, econômicos e políticos (CORRÊA, 1987).

Para o Paraná, existem várias regionalizações de relevância. Elas servem tanto às pesquisas estatísticas e geográficas quanto para o planejamento e a gestão. O IBGE, por exemplo, oferece uma regionalização socioeconômica que divide o Paraná (e as outras unidades da federação) em níveis de micro- e mesoregiões. Os municípios do Paraná são agrupados numa outra regionalização, esta de tipo político, formando associações de municípios. Estas coordenam as ações políticas entre os municípios que as integram. A Secretaria de Cultura do Paraná desenvolveu uma terceira regionalização no estado, que guia a atuação desta secretaria e se baseia em padrões sócio-culturais da população.

Estas três regionalizações são analisadas a seguir, buscando-se avaliar o valor turístico das mesmas. A análise enfoca, sobretudo, a região em estudo, ou seja, os Campos Gerais.

3.1 A regionalização do IBGE

A proposta de regionalização do IBGE se baseia em fatores socioeconômicos, principalmente, nas condições homogêneas para o estabelecimento da microrregião e num conjunto funcional ao nível da mesoregião. As microrregiões se caracterizam por uma certa unidade das condições sociais e econômicas, como por exemplo, a semelhança dos ramos preponderantes na economia e dos padrões de vida da população. As mesoregiões se referem mais à integração funcional, como na relação cidade-campo e na funcionalidade de complexos territoriais econômicos.

No Paraná, o IBGE criou 10 mesoregiões, cada uma com um número de municípios que varia entre 10 e 80 (MAPA 1). Estas servem para facilitar o censo, a observação econômica e o planejamento. As mesoregiões foram definidas levando-se em consideração as características sociais e naturais de cada área (CIGOLINI et al., 1998; IPEA et al., 2000).



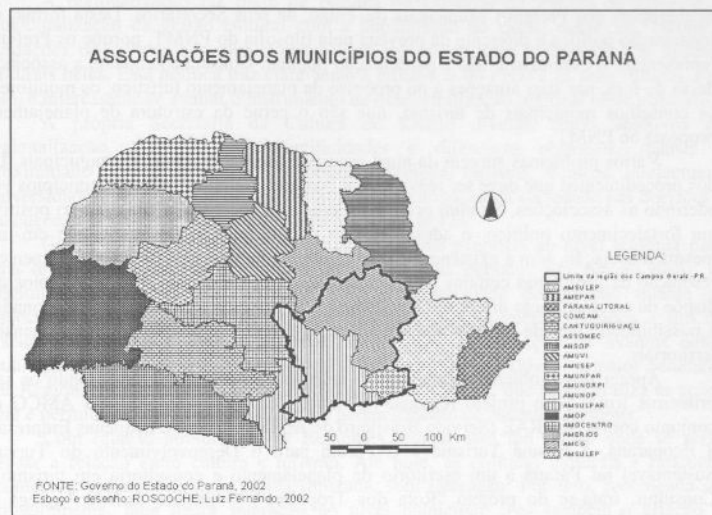
Cada uma das mesoregiões do Paraná tem um perfil socioeconômico específico (IPEA et al., 2000). Assim, destacam-se por exemplo: a Mesoregião de Curitiba e a Mesoregião do Norte Central Paranaense (com Londrina e Maringá como centros) por seu forte empenho na indústria e no comércio e uma alta taxa de urbanização. Outras mesoregiões apresentam um perfil basicamente agrícola, como é o caso da Mesoregião Sudeste Paranaense (com União de Vitória como centro) que tem um grau de urbanização abaixo de 50% (1996) ou da Mesoregião Centro-Sul (com Guarapuava como centro), com 55% (1996). A Mesoregião Centro-Oriental Paranaense (com Ponta Grossa como grande centro) mostra um grau de urbanização maior, ao nível de 78%. Nesta Mesoregião predominam atividades de indústrias tradicionais, como a indústria agroalimentar e madeireira, sendo a metalúrgica a única indústria moderna em destaque. Além disso, existe uma agricultura modernizada baseada, principalmente, na produção de soja, trigo e milho.

Dos 25 municípios da região em estudo, 17 fazem parte da Mesoregião Sudeste Paranaense, 6 pertencem a Mesoregião Centro-Sul Paranaense e 2 a Mesoregião Metropolitana de Curitiba. Numa avaliação da regionalização do IBGE, fica claro que as condições econômicas da área de abrangência desta pesquisa estão muito ligadas ao meio rural, assim, pressupõe-se que uma grande parcela das possibilidades turísticas deva vir do ecoturismo e do turismo rural. Conseqüentemente, deve-se procurar, através do planejamento, uma integração entre a agricultura, as indústrias tradicionais e o turismo.

3.2 A regionalização das Associações de Municípios

As associações dos municípios do Estado do Paraná são entidades com personalidade jurídica própria, criadas pelo governo estadual e constituídas com a finalidade de promover o desenvolvimento integrado de suas regiões. Correspondiam, originalmente, a 18 regiões agrupadas com base em afinidades geográficas, climáticas, econômicas e culturais (MAPA 2). Cada associação é presidida por um prefeito

municipal eleito periodicamente pelos demais prefeitos dos municípios que a compõe. As associações devem ser, tanto quanto possível, homogêneas, devendo atuar em colaboração com entidades congêneres e afins, e, também, com órgãos estaduais e federais.



Respeitadas as autonomias municipais, as associações têm a finalidade de contribuir para ampliar e fortalecer a capacidade institucional e técnica dos municípios, prestando-lhes assistência relacionada com suas atividades e, ainda, atender às questões de âmbito intermunicipal. As associações cuidam dos interesses regionais no que concerne aos aspectos educacionais, saúde, transporte, meio ambiente e, em alguns casos, no turismo, embora na normatização de algumas não esteja prevista a temática do turismo.

Atualmente, os limites que foram originalmente organizados pelo governo estadual para as associações se mostram bastante fluidos. Isto se deve ao fato de alguns municípios participarem em várias associações, assumindo uma posição apenas de observação, ou simplesmente trocando de associação. Este fluxo entre as associações acontece principalmente em função das evoluções sociais e culturais recentes nas diversas regiões e, também, em função do melhor ou pior desempenho destas.

A área desta pesquisa refere-se principalmente à Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). Esta associação conta hoje com 22 municípios, entre eles 12 na abrangência deste estudo. Membros da Associação dos Municípios do Sul Paranaense (AMSULPAR) são principalmente aqueles localizados ao longo do rio Iguaçu, sendo 7 deles na abrangência deste estudo.

Uma terceira associação está representada com 9 componentes na área de abrangência desta pesquisa, é o caso da do Centro Sul do Paraná (AMCESPAR). O município da Lapa coordena uma pequena associação de 4 municípios, entretanto, atua também dentro da AMCG. Assim, dos 25 municípios em estudo, 3 participam em duas associações simultaneamente: São João de Triunfo (AMCG, AMCESPAR), Lapa (AMCG, AMSULPAR) e Teixeira Soares (AMCG, AMCESPAR).

A delimitação da AMCG é quase idêntica a da Mesoregião Centro-Oriental Paranaense do IBGE. A AMSURPAR e a AMCESPAR cobrem uma área parecida com a da Mesoregião Centro-Sul do IBGE, que, entretanto, se estendem para a parte central do Paraná.

Como muitas outras associações, a AMCG exerce suas ações de acordo com as deliberações dos Prefeitos Municipais ou, então, de seus Secretários. Desta forma, sua legitimação política é diferente da prevista pela filosofia do PNMT, porque os Prefeitos representam o executivo e não a participação popular. Conseqüentemente, a associação deixa de fora, nas suas atuações e no processo de planejamento turístico, os monitores e os conselhos municipais de turismo, que são o cerne da estrutura de planejamento proposta no PNMT.

Vários problemas surgem da atual configuração das associações municipais. Um dos procedimentos que deve ser reavaliado é quanto à maneira como os municípios vêm aderindo às associações. Se num primeiro momento pode parecer um aspecto positivo, um fortalecimento político, a adesão de um grande número de municípios em uma mesma associação, sem a existência de um estudo de homogeneidade, posteriormente, a resolução de problemas comuns pode ser ameaçada pela integração de municípios que dispõe de características diferentes dos demais. Um segundo aspecto a ser questionado é a possibilidade real de atuação de uma associação numa região de grandes dimensões territoriais.

Apesar dos problemas apontados, a atuação da AMCG vem mostrando os seus primeiros frutos. Um projeto regional de turismo foi encomendado pela AMCG em conjunto com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a Ecoparaná, a Paraná Turismo e o Fórum para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Paraná a um escritório de planejamento e consultoria em turismo, a Consultur, trata-se do projeto "Rota dos Tropeiros". O projeto turístico agrega 16 municípios³. Mais uma vez o agrupamento dos municípios ocorre em função de uma mesma história social e cultural.

O exemplo da AMCG mostra claramente a necessidade de democratização no planejamento regional do turismo, para dar acompanhamento a regionalização estabelecida pela base. O fato de existir uma cooperação maior com a AMSULPAR e a AMCESPAR mostra que as bases sócioeconômicas indicam fortemente a forma de se construir uma região. Também contribuem para esta construção fatores históricos, como se mostra na inclusão tardia do município da Lapa na AMCG. Deixar este processo de regionalização mais livre, significa, portanto, aceitar os processos sociais que acontecem nas regiões e, assim, fortalecer as dinâmicas internas destas.

3.3 As Regionais de Cultura

Buscou-se um agrupamento de municípios com certos padrões geo-culturais em Regionais de Cultura como veículo para intensificar as relações já existentes entre Secretários Municipais de Cultura. Assim, a Secretaria da Cultura do Estado acredita que a organização dos municípios possibilita a todos uma nova leitura da realidade sócio-cultural do estado e, conseqüentemente, desenvolve novas alternativas práticas e culturais ao nível regional (PARANÁ, 2000).

A divisão do Estado em Regionais de Cultura regionalizou o Paraná em 13 unidades (MAPA 3). Se comparadas às delimitações regionais das Associações de Municípios e das Regionais de Cultura, estas se aproximam muito. A Regional 3, por exemplo, incorpora uma grande parte da AMCG, a Regional 8 incorpora vários

³ Trata-se de Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Campo Largo, Balsa Nova, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Carambei, Castro, Piraf do Sul, Tibagi, Jaguariaíva, Sengés, Arapoti e Telêmaco Borba.

municípios da AMSULPAR. Analisando a área deste estudo, observa-se que 16 de seus municípios pertencem a Regional 8, que acompanha principalmente o rio Iguaçu e a Mata da Araucária na sua parte Sul. Sete municípios pertencem à Regional 3 e dois à Regional 7.

A regionalização faz parte da política do Governo do Paraná de divulgar a municipalização da gestão cultural com a implantação de casas, conselhos, fóruns e fundações de cultura nos municípios e com incentivos para a formação de agentes culturais neles. Esta política traz claramente a influência do PNMT na área cultural. Por isso, é interessante se avaliar o instrumento da descentralização regional neste contexto.

A própria Secretaria da Cultura do Estado divulga como objetivos da regionalização, preservar as especificidades e diferenças regionais, manter a proximidade entre a Secretaria e a sociedade regional (artistas, técnicos, intelectuais, universidades, centros de pesquisa) e garantir a participação da sociedade nas decisões e execuções das políticas culturais (PARANÁ, 2000, p. 12).

Como no caso do PNMT, não existe nenhuma proposta ao nível regional para uma organização política ou gestora da participação popular. Em função disto, as Regionais de Cultura não possuem tanta expressividade de atuação quanto as Associações de Municípios, no entanto, são realizadas inúmeras reuniões a fim de discutir uma política cultural regional, bem como, a realização de eventos pelos municípios ou pela própria Secretária de Estado da Cultura. Talvez, o maior benefício das Regionais se reflita para a própria Secretária da Cultura, que descentraliza as ações dela e permite um efeito multiplicador no gerenciamento de assuntos culturais.

Com relação ao turismo, as Regionais representam um fórum onde se pode pensar a relação entre cultura e turismo. Até hoje, as políticas culturais e turísticas acontecem, muitas vezes, de forma separada, sem interação. Por isso, recomenda-se, primeiramente, uma maior interação ao nível municipal, mas também a criação e integração de fóruns regionais sobre a temática do turismo cultural e ambiental.



4 A roteirização da Paraná Turismo

Até o momento, não existe uma regionalização propriamente dita para a área do turismo. Atualmente, são as Associações de Municípios as que mais se dedicam a este aspecto. O governo estadual e a Paraná Turismo, por sua vez, tentam desenvolver alguns roteiros das mais diversas ordens em todo o Paraná, baseados em imagens regionais. Estes são divulgados através de suas revistas promocionais e pela internet⁴. Entre os roteiros encontram-se o da Qualidade de Vida, o da Natureza, o dos Festivais, o da Saúde, o do Bom Gourmet e o Histórico.

Numa análise mais detalhada, essa roteirização proposta pela Paraná Turismo mostra-se utópica e inexecutável. Alguns roteiros apresentam distâncias significativas. Definindo-se a espacialidade dos roteiros, revelam-se fatos surpreendentes. No Roteiro da Qualidade de Vida, por exemplo, fazem parte municípios distribuídos entre o Centro-Sul, Norte e Oeste do estado. O Roteiro da Saúde parece até contraditório, porque o turismo de saúde, geralmente, aparece associado com o descanso num determinado lugar, e assim nem pode ser visto como recomendável. Esta breve análise mostra, que provavelmente a palavra roteiro seja completamente inadequada. Trata-se, entretanto, de lugares com temáticas semelhantes, que não se incluem numa regionalização do Paraná.

A Paraná Turismo, todavia, também executa verdadeiros projetos regionais, como na Serra do Mar com a Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá; a Costa Oeste (Foz do Iguaçu) e os Campos Gerais (Rota dos Tropeiros). BAHLE (2000, p.04) aponta a "...existência de grandes vazios no Estado do Paraná no que concerne as regiões norte, sul e central, numa situação de letargia de fluxos turísticos mais expressivos, bem como uma escassez no desenvolvimento de uma estrutura de equipamentos e instalações inerentes".

Percebe-se, com isso, que não existe uma visão regionalizada do turismo por parte do governo estadual, para o estado inteiro. Observa-se, por sua vez, uma polarização da Paraná Turismo na implantação de roteiros e desenvolvimento de projetos. Desta forma, se comprova que o planejamento turístico não apresenta nenhuma contigüidade geográfica dentro do território paranaense.

Além do aspecto da polarização de investimentos e de infra-estrutura em algumas regiões do Paraná, e com isso a exclusão de outras regiões, percebe-se também que as regiões e roteiros propostos pela Paraná Turismo coincidem com a mesma rota das estradas do Anel da Integração, rodovias estas que estão sob o domínio de Empresas Concessionárias que realizam a cobrança de pedágios. Desse modo, quanto maior for o fluxo de turistas sobre as rodovias, maior será o lucro das empresas concessionárias. Estas empresas concessionárias vêm se tornando, entretanto, as principais parceiras no desenvolvimento do turismo regional e estadual no Paraná, participando em projetos turísticos ou, até mesmo, executando projetos próprios.

Apesar de torna-se necessário, mais e mais, firmar parcerias com estas e outras empresas para que se desenvolvam projetos com os municípios, deve-se prestar mais atenção a estes lugares que não se encontram dentro do eixo rodoviário, pois, muitas vezes, são esses municípios que mais precisam diversificar sua economia. Isto só será possível quando existir uma avaliação completa dos conjuntos regionais do Paraná, respeitando as diversidades históricas, sociais e ambientais do estado.

⁴ Governo do Estado do Paraná – Paraná Turismo. <http://www.pr.gov.br/turismo>.

5 A situação do PNMT na região dos Campos Gerais

No intuito de descentralizar, o governo federal vem repassando competências de planejamento para os níveis estadual e municipal. Esta tendência se comprova, entre outras, na área do turismo. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi lançado em 30 de março de 1994, através da Portaria Ministerial nº 130. A sua implantação, entretanto, aconteceu posteriormente, a partir de agosto de 1995 (MARQUES e BISSOLI, 2001).

O programa é desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) e pelo IBT (Instituto Brasileiro de Turismo), adotando e adaptando metodologia da Organização Mundial de Turismo (OMT). O intuito do programa é desencadear uma série de ações que despertem o interesse de uma parcela maior da população para o turismo e visa a descentralização do processo da sua gestão. Este processo coincide com uma tendência geral de valorizar o nível municipal como espaço de autonomia e gestão. Isto acontece também em outras áreas da política atual, como nos orçamentos participativos, nas ações culturais e educativas, no âmbito da saúde e na discussão da democracia em geral (PAULICS, 2000).

Com relação às diversas escalas de planejamento, o PNMT ressalta a importância da integração dos diferentes níveis do governo: "O setor turístico só poderá produzir benefícios sociais, culturais e ambientais, se for planejando dentro de um contexto local, estadual, regional, nacional e até internacional..." (EMBRATUR, 1999, p. 9). É, entretanto, a interligação entre os diferentes níveis de planejamento e de gestão que se mostra, na prática, o ponto mais fraco do programa.

A preferência pelas escalas municipal e estadual tem como consequência uma frequente negligência da escala regional, que se torna imprescindível no Brasil, uma vez constatadas as vastas dimensões e diferenciações territoriais que dificultam a ação da União e dos estados, como também, o entendimento de processos sociais e históricos no país. Inúmeros estados incorporam regiões diversificadas, com histórias e atores sociais diferentes, como no caso do Paraná. É exatamente nesta escala geográfica que aconteceram a maior parte das estruturas e mudanças culturais e sociais, tão importante para o turismo.

Com relação à coordenação do programa, existem três instâncias distintas, sendo elas: a coordenação nacional exercida pela EMBRATUR e seus parceiros, cuja atribuição é planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do programa; na escala estadual atuam os comitês estaduais do PNMT, formados por representantes da unidade gestora da política de turismo e das instituições parceiras estaduais, que buscam planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do programa no estado; e finalmente, no nível municipal, o conselho municipal de turismo, que deve iniciar e coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio de metodologia simplificada de planejamento, dentro de um enfoque participativo. Mais uma vez, a instância regional permanece esquecida.

O engajamento dos municípios ao PNMT ocorre de forma gradual, em três fases. A primeira fase é a de sensibilização, serve para a mobilização e conscientização da comunidade. Nesta fase são repassadas técnicas de trabalhos em grupo e argumentos no trato e conscientização da comunidade e dos poderes público e privado. São trabalhados também temas como sustentabilidade turística, a função do Plano Municipal de Turismo e propostas de marketing turístico. A segunda fase, a de capacitação, se concentra na qualificação dos monitores municipais. O objetivo desta é orientar os diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho e do Fundo Municipal do Turismo.

Na terceira fase é necessário se galgar três passos. Na oficina de Passo I, são repassadas informações sobre aspectos metodológicos de planejamento e instrumentos do enfoque participativo para trabalhos em grupo. Na oficina de Passo II, são trabalhadas diretrizes para a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. No Passo III, elabora-se a Estratégia Municipal, culminando com a elaboração do Plano Municipal de Turismo.

Quando se analisa a situação do PNMT no Paraná, segundo as oficinas concluídas, é surpreendente o destaque da região dos Campos Gerais (MAPA 4). Conforme dados da Paraná Turismo de 2002, 24 dos 25 municípios da região em estudo (96%) encontram-se, de alguma forma, envolvidos neste programa. Nove dos municípios já alcançaram o Passo III da 3a. Fase: Lapa, Castro, Palmeira, Irati, Rio Azul, Prudentópolis, São Mateus do Sul e União da Vitória, perfazendo quase 50% dos municípios de todo o estado nesta categoria. No IV Encontro Estadual de Secretários e Monitores Municipais de Turismo, realizado em 2002 em Curitiba e promovido pelo Comitê Estadual do PNMT e entidades parceiras, foi realizada a entrega da premiação (folders, cartazes etc) à maioria destes municípios, demonstrando que eles conseguiram chegar ao objetivo formal do programa. Além deles, chegaram ao Passo II da 3a. Fase os municípios de Ponta Grossa e Tibagi. Encontram-se ainda na 2a. Fase: Antonio Olinto, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Paulo Frontin, Porto Amazonas, Rebouças, São João do Triunfo e Teixeira Soares. O município de Carambeí, apesar de um forte empenho em desenvolver um turismo, baseado na cultura holandesa, está ainda na Fase I.



Sendo assim, se obtém um total de 11 municípios (44%), entre os 25, que demonstram claramente já ter um bom sistema de planejamento da atividade turística. Percebe-se, também, que estes se localizam tanto nas regiões naturais de Campos como de Mata de Araucária, e que se beneficiam geralmente, além destes aspectos, principalmente, de seus potenciais urbano-históricos, de suas fazendas e das áreas de colonos e caboclos.

Uma análise mais detalhada mostra, entretanto, que os requisitos do PNMT, como o Inventário Turístico, o Conselho, o Fundo, e o Plano de Turismo, muitas vezes existem (TABELA 1), estes, no entanto, não necessariamente seguem os padrões de qualidade necessários. A qualidade destes instrumentos não é analisada para se galgar uma nova fase no PNMT, mas sim a sua existência.

TABELA 1 --MUNICÍPIOS DOS CAMPOS GERAIS, SEGUNDO OS INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PNMT - 2001

MUNICÍPIO	INVENTÁRIO	COMISSÃO	CMT Lei N°	FMT Lei N°	PLANO
Antonio Olinto	X**		523/2001	523/2001	
Carambei					
Castro	X		1.078/2001	1.078/2001	
Fernandes Pinheiro					
Guamiranga					
Imbituva					
Ipiranga					
Irati	X		1.614/2000	1.615/2000	
Ivaí	X		551/99	555/99	X
Lapa	X		1.417/98	1.417/98	X
Mallet	X**				
Palmeira	X		X	X	
Paula Freitas					
Paulo Frontin					
Piraí do Sul	X**				
Ponta Grossa			4.896/94	X"	
Porto Amazonas					
Prudentópolis	X		250/96		
Rebouças					
Rio Azul		X			
São João do Triunfo					
São Mateus do Sul	X		1.276/97		
Teixeira Soares					
Tibagi	X		1.589/98	X"	
União da Vitória	X		2.513/97	2.574/98	X

X*- Disquete, X**- Incompleto, X'- Minuta, X"- Projeto de Lei

CMT- Conselho Municipal de Turismo, FMT- Fundo Municipal de Turismo

FONTE: PARANÁ TURISMO

Observa-se em 2001, que 12 dos 25 municípios estudados possuem o inventário turístico. A existência do inventário, no entanto, nem sempre é informada a Paraná Turismo. Entre os municípios dos Campos Gerais, deve-se especial destaque a Antonio Olinto, Castro, Irati, Ivaí, Lapa e União da Vitória, que possuem tanto o Inventário, como o Conselho e Fundo Municipal de Turismo. Dentre os municípios estudados, 10 não possuíam nenhum instrumento de organização e planejamento, embora muitos deles já estivessem engajados em 2001 ao PNMT. Esta estatística, entretanto, é bastante

dinâmica. Segundo LUS (2003), o município de Mallet, por exemplo, elaborou seu inventário e aprovou seu Conselho e Fundo em 2002 (Lei No. 667/02), estando em discussão as estratégias para o Plano de Turismo. Em Ponta Grossa, ocorreu a reestruturação do Conselho, tornando-o, além de consultivo, também deliberativo (Lei No. 6925/02) e a constituição do Fundo (Lei No. 7089/02). O Plano Municipal também já está elaborado e aprovado.

O Conselho Municipal de Turismo aparece, em 2001, em 11 dos municípios da região. Alguns destes conselhos, embora aprovados por lei, apresentam problemas na sua formação, constituição e operacionalização. Não raro encontram-se conselhos que são apenas extensões do poder público, ou ainda, que existem somente no "papel". O funcionamento do Fundo Municipal de Turismo, embora existente em 2001 em 9 municípios da região, via de regra, também não possuem operacionalidade, pois os recursos (em geral oriundo da arrecadação municipal) não são devidamente repassados, prejudicando assim o andamento das ações e projetos dos Conselhos.

O acompanhamento e a avaliação do PNMT são realizados somente através da criação do Fundo Municipal de Turismo, da montagem do Conselho Municipal de Turismo e da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Após a constituição destes instrumentos, supõe-se que o município engajado esteja apto ao planejamento de toda a atividade turística. Desta forma, fica evidente que existe uma preocupação quantitativa, e um descaso para com os aspectos qualitativos no que se refere ao desenvolvimento do PNMT.

6 A construção de imagem turística como forma de integração regional dos Campos Gerais

Acredita-se que para o planejamento turístico de uma determinada região seja necessário o estabelecimento de uma imagem coerente que interligue os seus elementos. Uma imagem turística regional é necessária para que se tenha um perfil claro e identificável que apresente a diversidade da região e a torne interessante para o turista. A imagem precisa ser decifrável, tanto pela população local, quanto pelos seus visitantes/turistas. Desta forma, observa-se que duas perspectivas se cruzam na sua construção: de um lado, a do turista-consumidor, que busca nela a realização de suas fantasias, decifrando na paisagem uma narrativa exótica, de suspense ou de contemplação; de outro lado, a imagem se apresenta como expressão cultural da vida cotidiana, da história e da identidade do morador-produtor. A imagem turística deve apresentar-se, portanto, como uma interação entre estas duas perspectivas (SAHR e LÖWEN SAHR, 2001, p. 395).

Tradicionalmente, os Campos Gerais são vistos como uma região natural (MAACK, 1981), relativamente plana, com vegetação aberta e valorizada pela criação e pastagem de gado em larga escala. Historicamente a região viveu, desde o século XVIII, um dualismo sócio-econômico entre grandes propriedades de fazendeiros e pequenos povoadamentos de população cabocla e de sitiantes. As duas formações socio-históricas se localizaram em ambientes ecológicos diferentes, sejam os campos com a agropecuária, sejam as áreas mais íngremes e silvestres com a agricultura de pequeno porte. Ambas as formações apresentam uma forte conexão interna, estabelecida através de relações econômicas e de poder.

A entrada dos colonos europeus no Paraná, no final do século XIX, alterou um pouco este dualismo. Muitos colonos foram assentados nas áreas limiares das grandes fazendas ou até nas matas dos caboclos. Ao mesmo tempo, vários fazendeiros começaram a adentrar as matas, principalmente durante o ciclo da erva mate e da

madeira, comprando e desapropriando terras dos caboclos. Simultaneamente, os colonos também se expandiam dentro das terras das grandes fazendas.

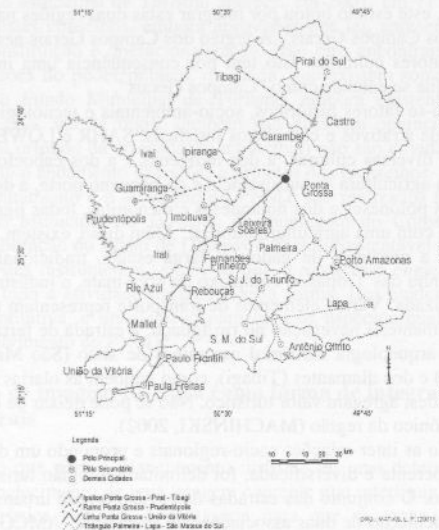
Todas essas evoluções resultaram num mosaico que caracteriza a região dos Campos Gerais. O dualismo é muito nítido nos municípios dos campos propriamente dito, como Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Carambeí, Tibagi, Castro e Pirai do Sul, enquanto fica um pouco menos acentuado nos municípios das áreas de matas. Consequentemente, este estudo optou por integrar estas duas regiões naturais, a da Mata de Araucária e a dos Campos Gerais⁵. A região dos Campos Gerais neste estudo baseia-se, portanto, em fatores culturais. Isto tem por consequência uma interpretação mais abrangente para o que se entende como "Campos Gerais".

Identificando-se fatores históricos, socio-ambientais e tecnológicos é possível se criar uma imagem de atrativos e complexos turísticos. SAHR e LÖWEN SAHR (2001) apontam na região diversas culturas, a dos indígenas e a dos caboclos, como culturas tradicionais de uma agricultura de subsistência e de pequeno porte, a dos russo-alemães, dos ucranianos, dos poloneses e dos holandeses e menonitas, todas ligadas à história da imigração européia com uma agricultura familiar. Além disso, existem formações socio-tecnológicas como a produção de gado em larga escala, tradicional desde o século XVIII com o Caminho das Tropas, o complexo da erva-mate, a indústria madeireira e a agricultura modernizada. Vários elementos de transporte representam também atrativos turísticos, principalmente, a navegação no rio Iguaçu, a estrada de ferro e os caminhões (Ponta Grossa). A arqueologia industrial nas minas de xisto (São Mateus do Sul), de Calcário (Itaiacoca) e dos diamantes (Tibagi), como também as olarias de Prudentópolis e de outras localidades, agregam valor turístico. Não se pode deixar de lado o riquíssimo patrimônio arquitetônico da região (MACHINSKI, 2002).

Considerando as inter-relações socio-regionais e propondo um desenho para uma imagem turística coerente e diversificada, foi delimitada a região turística dos Campos Gerais deste projeto. O conjunto das estradas da região, a rede urbana comandada por Ponta Grossa, a articulação de duas associações de município (AMCG e AMSULPAR) e o quadrilátero formado por Castro, Lapa, União da Vitória e Prudentópolis representam o esqueleto infra-estrutural da imagem turística que se propõe (MAPA 5). Essa estrutura se compõe de quadro elementos, organizados em forma geométrica, todos partindo de Ponta Grossa.

⁵ Foram selecionados 25 municípios na região dos Campos Gerais e na Mata de Araucária. Estes representam apenas uma primeira fase do estudo. Deixou-se para uma segunda fase a faixa norte dos Campos Gerais e os "Hinterlands" de União da Vitória e da Lapa, todos com uma estrutura agrária semelhante.

EIXOS TURÍSTICOS DOS CAMPOS GERAIS (PR)



• O “Ramo Ponta Grossa-Prudentópolis” apresenta-se como eixo turístico na região de Mata Araucária, possuindo áreas de pequena lavoura (principalmente fumiicultura) e pequenas indústrias (serrarias e olarias). Af destacam-se Imbituva, como “Capital das Malhas”, e Prudentópolis, como capital da “Pequena Ucrânia” (LUBACHEVSKI, 2002). Entre as características típicas dos ucranianos que migraram massivamente da Galícia para esta região estão as igrejas ucraniano-católicas, marcantes pelas suas cúpulas de alumínio e pela beleza de seus salões interiores, as danças folclóricas e o artesanato.

• A “Linha Ponta Grossa-União da Vitória” segue o trecho da antiga Estrada de Ferro, hoje inexistente entre Irati e União da Vitória. Nesta área de Mata de Araucária se encontram lavouras de colonos e caboclos, intermeadas por faxinais (IEGELSKI, 2002) e plantações de mate. O setor de transporte apresenta-se como um grande potencial turístico. Um trem antigo, utilizando as instalações desativadas das paradas como pequenos cafés, restaurantes e lojas, poderia apresentar-se como um diferencial turístico no trecho entre Ponta Grossa e Irati (LUZ, 2002). Um passeio em carroça russa e/ou um passeio de barco entre Porto Amazonas e União da Vitória seriam ofertados como transportes alternativos.

- No Ipsilon Ponta Grossa-Piraí-Tibagi se destaca uma importante formação socioeconômica dos Campos Gerais dos séculos XVIII e XIX, onde cidades antigas como Ponta Grossa, Castro e Tibagi expõem informações sobre o tropeirismo e garimpo nos museus locais. Atualmente há uma tendência de se aliar neste eixo o turismo cultural ao rural, com programas de cavalgadas, restaurantes com comida típica e pousadas em várias fazendas. O cenário holandês, com os museus de Castrolanda e Carambeí, representa um potencial turístico que pode ser reforçado com exposições dos processos tecnológicos em suas cooperativas.

- O Triângulo Ponta Grossa-Lapa-São Mateus caracteriza-se na sua parte oriental por Campos com fazendas e áreas de colonos russos-alemães (WISSMANN, 2002; RIOS, 2002) e poloneses, e na sua parte ocidental, pela mata secundária com colonização predominantemente eslava (poloneses e ucranianos). A mineração do xisto e um acervo mundialmente famoso de fósseis representam para São Mateus do Sul um potencial turístico-científico. A cidade da Lapa, com sua diversidade cultural e aproveitamento deste potencial, combina a beleza do seu patrimônio arquitetônico e o resgate da história da Revolução Federalista com a religiosidade e misticismo popular da gruta do Monge.

Assim, dois complexos de narrativas turísticas e identitárias foram identificados nos Campos Gerais como âncoras de cenários: a etnicidade e a formação de espaços sócio-tecnológicos. A partir destes cenários, a realidade em toda a sua complexidade - aspectos físico-naturais, culturais e socioeconômicos - apresenta-se ao turista, que poderá desfrutá-la na totalidade ou mais detidamente em uma de suas facetas.

À imagem regional, com base nas formações étnicas e sócio-tecnológicas, deve-se acrescentar seu riquíssimo potencial natural. Atrativos de destaque nacional e até mesmo internacional compõem este cenário, entre eles as formações de Vila Velha e o Canyon de Guartelá. Entre os atrativos existentes, com um potencial menos revelado, encontram-se as cachoeiras de Prudentópolis, o Buraco do Padre e o Canyon do Rio São Jorge em Ponta Grossa. O valor paisagístico das formações vegetacionais dos Campos Gerais, com suas grandes superfícies onduladas intermeadas com matas de galerias e capões, e da Mata de Araucária, cujos vestígios originais ainda existem, além de áreas da plantação de erva-mate, ainda em várias áreas do sudoeste do Planalto, ampliam a imagem turística através dos encantos da beleza natural.

7 Considerações Finais

A necessidade de uma regionalização turística fica clara quando se entende que um turista é uma pessoa que permanece mais de 24 horas numa determinada região. Neste caso, a pessoa precisa tanto de uma infra-estrutura ampla (como hospedagem, meio de transporte etc.), como também, de uma oferta de atrativos turísticos diferenciados e integrados, que permita uma estadia mais prolongada.

A aplicação das regionalizações existentes depende dos fins de cada uma delas. Todas as mencionadas apresentam alguma ligação com o turismo. A regionalização do IBGE, por exemplo, é excelente para entender o funcionamento interno da economia regional e avaliar a coesão e o estilo dos atores econômicos; isto inclui a atuação dos serviços e do comércio, tão importante para o bom desempenho do turismo. A regionalização das associações dos municípios serve para melhor determinar a dinâmica política da região, avaliando principalmente as interações entre os seus dirigentes, o que facilita a articulação entre os municípios na promoção do turismo. A regionalização

cultural, finalmente, serve para identificar alguns padrões culturais dominantes, que podem representar atrativos turísticos importantes ao nível regional.

O turismo depende fundamentalmente da interação entre economia, política e cultura. Por isso, é de grande relevância se avaliar o valor das regionalizações para o turismo, especialmente no contexto do PNMT. Isto permite identificar as possibilidades para um planejamento regional integrado, partindo de fundamentações equitativas entre os municípios. Com uma maior integração dos municípios, haverá a necessidade de se organizar uma base regional de dados, que permita o uso racional e sustentável do espaço. Em função desta evolução, pressupõem-se também, que gradativamente sejam constituídos instrumentos e entidades destinadas ao planejamento do turismo regional, sejam Inventários Turísticos, Conselhos de Turismo, Fundações e outros.

A consolidação de uma política regional de turismo pode possibilitar uma maior representatividade econômica, política e turística. Os municípios reunidos e organizados em uma região que possui potencialidades culturais, naturais e políticas em comum, terão maior representatividade não apenas no mercado turístico, mas, principalmente, frente aos órgãos governamentais, que certamente despenderão de uma maior atenção.

Várias temáticas diferenciadas de caráter regional podem ser utilizadas como sub-imagens turísticas, como por exemplo, a existência de uma região polonesa, com o centro em São Mateus do Sul, uma região Ucrâniana, com o centro em Prudentópolis, a região holandesa com o centro em Carambeí, a região russo-alemã com o centro em Ponta Grossa e uma região dos faxinais entre Prudentópolis e União da Vitória. Além disso, existem outros elementos que reúnem diferentes municípios através das suas culturas populares. As linhas de transporte têm naturalmente esta função. É o caso do rio Iguaçu, com os seus antigos portos, e das estradas de ferro, com as suas antigas estações.

Uma abordagem regional do desenvolvimento turístico necessita de elementos participativos quando relaciona à história completa de suas populações. Assim, ela respeita muito mais as antigas ligações entre os municípios, através das relações sociais, que sempre ultrapassaram os limites autoritários dos governos estadual e federal.

Referências bibliográficas

- BAHL, M., 2000. *Regionalização turística do estado do Paraná*. São Paulo. Tese (Doutorado em Propaganda e Turismo) - Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo.
- BENI, M. C., 1999. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, p. 79-85.
- CIGOLINI, A.; MELLO, L. de; LOPES, N., 1998. *Paraná: quadro natural, transformações territoriais e economia*. Curitiba: Renascer.
- CORRÊA, R. L., 1987. *Região e organização espacial*. 2. e. São Paulo: Ática.
- EMBRATUR, 1999. *Programa nacional de municipalização do turismo*. Brasília: Embratur.
- IEGELSKI, F., 2002. *Cultura cabocla, sistema faxinal e turismo: o Faxinal da linha Paraná em Prudentópolis*. Ponta Grossa. Relatório (Iniciação Científica) - Departamento de História - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- IPEA et al., 2000. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais*. Brasília: IPEA.

- LAMPARELLI, C. M., 1999. Cooperação intermunicipal e desenvolvimento: soluções regionais para o desenvolvimento municipal. In: CEPAM & CORREIOS. *O município no século XXI: cenário e perspectivas*. São Paulo [s.n.].
- LUBACHEVSKI, J., 2002. *Potencialidades e riscos do planejamento urbano na preservação da cultura ucraniana em Prudentópolis – PR*. Ponta Grossa. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências – Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- LUS, V. 2003. *Turismo rural e etnicidade: potencialidades no município de Mallet – PR*. União da Vitória. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual do Paraná/ FAFI.
- LUZ, C. E. 2002. *Ferrovia e turismo: o caso da linha Ponta Grossa – União da Vitória*. Ponta Grossa. Relatório (Iniciação Científica) – Departamento de Geociências – Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- MAACK, R., 1981. *Geografia física do estado do Paraná*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- MACHINSKI, F., 2002. *Patrimônio arquitetônico tombado nos Campos Gerais: Caracterização e potencialidades de seu aproveitamento turístico e cultural*. Ponta Grossa. Relatório (Iniciação Científica) – Departamento de Geociências – Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- MARQUES, A. M.; BISSOLI, A., 2001. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Editora Futura.
- MARTIM, M., 2002. *Possibilidades turísticas em municípios de pequeno porte: o caso de Ivaí – PR*. Ponta Grossa. Monografia (Especialização) – Departamento de Geociências – Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- MOISÉS, H. N., 1999. Município-rede: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade. In: CEPAM & CORREIOS. *O município no século XXI: cenário e perspectivas*. São Paulo [s.n.].
- PARANÁ, 2000. Secretaria de Estado da Cultura. *Discutindo Gestão Cultural*. Curitiba: Governo do Estado.
- PAULICS, V. (org.), 2000. *125 Dicas – Idéias para a ação municipal*. São Paulo: Pólis.
- RIOS, L. N., 2002. *A imagem turística na Colônia Mariental – Lapa/Paraná*. Curitiba. Relatório (Iniciação Científica) – Departamento de Geografia – Universidade Federal do Paraná.
- ROSCOCHE, L. F., 2002. *Planejamento do turismo na região dos Campos Gerais – PR: o Caso de Palmeira*. Ponta Grossa. Relatório (Iniciação Científica) – Departamento de Geociências – Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- SAHR, W.-D.; LÖWEN SAHR, C. L., 2001. A imagem turística cultural do Planalto dos Campos Gerais. In: DITZEL, C. de H. M.; LÖWEN SAHR, C. L. *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: UEPG.
- SOARES, A. P., 2000a. Consórcio Intermunicipal de Saúde. In: PAULICS, V. (org.). *125 Dicas – Idéias para a ação municipal*. São Paulo: Polis, p. 25-26.
- SOARES, A. P., 2000b. Consórcios Intermunicipais de Cultura. In: PAULICS, V. (org.). *125 Dicas – Idéias para a ação municipal*. São Paulo: Polis, p. 29-30.
- VAZ, J. C., 2000. Consórcios Intermunicipais. In: PAULICS, V. (org.). *125 Dicas – Idéias para a ação municipal*. São Paulo: Polis, p. 27-28.

WISSMANN, T., 2002. Do rio Volga ao rio Iguaçu: a imagem turística dos russo-alemães no Segundo Planalto Paranaense: um roteiro étnico regional. In: Encontro de Pesquisa da UEPG, 2, 2002, Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa.

Governo do Estado do Paraná – Paraná Turismo.
<http://www.pr.gov.br/turismo>, 2002.